

Os principais trechos do depoimento no Senado

O presidente do BC, Francisco Lopes, descartou no depoimento a centralização do câmbio e reafirmou a importância do ajuste fiscal em curso. A seguir, os principais trechos do depoimento na sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado:

- Sobre o papel da antiga política cambial, abandonada no dia 15 de janeiro último:

"Não teria sido possível sair do processo inflacionário em 1994 sem a âncora cambial. Não havia alternativa de buscar outras âncoras naquela situação".

- Sobre os rumores de que o governo estaria pensando em adotar a centralização cambial:

"Este governo não fará a centralização cambial. Este governo fará uma política monetária, apoiado, graças ao voto dos senhores, num regime fiscal sustentável".

- Sobre os efeitos de uma centralização de câmbio:

"A centralização é um regime que levaria o País inevitavelmente à moratória. O crédito (externo) seria cortado. Os investimentos estrangeiros diretos desapareceriam".

- Sobre a necessidade ou não de novas medidas fiscais e a participação dos Estados no ajuste:

"O esforço fiscal que o governo está fazendo com o apoio decisivo do Congresso é suficiente. Se nós não formos sabotados por governadores de Estado, vamos produzir um superávit primário de 2,6% do PIB este ano (nas contas públicas), o dá uma base sólida para consolidar a estabilização e permitir que o País retome o caminho do desenvolvimento".

- Sobre o impacto da desvalorização cambial nos preços e a capacidade do governo de controlar o fenômeno:

"Teremos um efeito inflacionário pelo ajuste de preços relativos, mas não uma reindexação".

"Aquele processo inflacionário crônico não voltará. Eu garanto".

"Não há razão para que o impacto inflacionário seja maior do que 4% a 5%. Nossa prioridade máxima é evitar a propagação".

"Nós temos condições de impedir que a inflação volte neste país. O efeito (sobre os preços) será tão menor quanto mais firme for a política monetária".

- Sobre as perspectivas da economia no novo regime cambial:

"Teremos que apertar a política monetária no curto prazo".

"Vamos ter um primeiro semestre difícil, duro para a economia. Que isso fique bem claro. Mas estou otimista quanto ao que vem depois de completada a transição para o novo regime cambial".

"Deveremos, a partir do segundo semestre — a partir do próximo ano com certeza —, ter uma performance extremamente favorável, eu diria até espetacular".

- Sobre as empresas que acreditaram no governo, apostaram na continuidade da antiga política cambial e tomaram recursos em

moeda estrangeira:

"Empresas que fizeram endividamento totalmente em dólar foram imprudentes".

- Sobre a hipótese de dolarização da economia, com extinção da moeda nacional:

"Uma sociedade sem moeda é no mínimo esquisita. É como se fosse um país sem bandeira. É ruim para a idéia de nacionalidade".

- Sobre a idéia de os países do Mercosul adotarem uma moeda única, a exemplo dos europeus:

"A unificação monetária é algo que olharemos como coroação natural do Mercosul. A unificação será em cima de uma moeda única e não em cima do dólar. O primeiro passo para uma unificação é um real forte, crível".

- Sobre a hipótese de o Brasil copiar a Argentina e adotar o regime cambial de "currency board":

"O regime de 'currency board' também é sustentável permanentemente e acredito que vá continuar funcionando na Argentina".

"Mas não é para quem quer; é para quem pode. No caso brasileiro, seria desastroso. Teríamos que alongar os depósitos (financeiros) e forçar uma dolarização da economia".

- Sobre a volatilidade do mercado de câmbio e a disparada da cotação do dólar depois de adotada a livre flutuação:

"É um fenômeno de mercado. Nós não devemos nos impressionar com ele. A taxa (de câmbio) evolui depois retrocede. Passaremos (num segundo momento) a ter um período de apreciações cambiais".

- Sobre novas medidas de adaptação ao novo regime cambial, além da já anunciada unificação de posições de câmbio e aumento do limite de posição vendida:

"Podemos garantir que, em 12 ou 15 meses, a desvalorização (acumulada desde o início do novo regime cambial) será menor (que a verificada até o momento). Foi assim no México e em outros países. É errado supor que a desvalorização da taxa de câmbio pode ir a 40% e ficar em 40% permanentemente".

- Sobre novas medidas de adaptação ao novo regime cambial, além da já anunciada unificação de posições de câmbio e aumento do limite de posição vendida:

"Possivelmente, mais à frente, vamos aumentar também o limite da posição comprada dos bancos (em câmbio)".

- Sobre a possibilidade de ele e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deixarem o governo, diante dos rumores de queda do ministro:

"O presidente da República deve se sentir confortável para nos substituir. Se a política é de livre flutuação como garantiu o presidente, o ministro Malan é fundamental".

- Sobre a decisão, anunciada em 13 de janeiro e abandonada dois dias depois, de acabar com a intrabanda e de trabalhar apenas com uma banda larga de câmbio, ajustável:

"Pena que não fizemos isso em 1995. Foi uma boa idéia que veio tarde e que não tivemos tempo de testar".